

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GIOVANNA CAVALCANTI MOREIRA

LIBERTAÇÃO POLÍTICA DO POVO LATINO-AMERICANO: Contribuições da
Psicologia Social-Comunitária sob um enfoque decolonial.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

GIOVANNA CAVALCANTI MOREIRA

LIBERTAÇÃO POLÍTICA DO POVO LATINO-AMERICANO: Contribuições da
Psicologia Social-Comunitária sob um enfoque decolonial.

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Tiago Deividy Bento Serafim

GIOVANNA CAVALCANTI MOREIRA

LIBERTAÇÃO POLÍTICA DO POVO LATINO-AMERICANO: Contribuições da
Psicologia Social-Comunitária sob um enfoque decolonial.

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 05/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Tiago Deividu Bento Serafim

Membro: Profa. Me. Larissa Maria Linard Ramalho

Membro: Esp. André De Lima Gomes

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

LIBERTAÇÃO POLÍTICA DO POVO LATINO-AMERICANO: Contribuições da Psicologia Social-Comunitária sob um enfoque decolonial.

Giovanna Cavalcanti Moreira¹
Tiago Deividy Bento Serafim²

RESUMO

O colonialismo foi um processo cujo início se deu com a chegada dos europeus à América Latina, provocando mudanças a partir da dominação, opressão e exploração de sujeitos e modos de vida, conhecimento, organização social e cultural tidos como inferiores com relação à Europa, processo que se estende até os dias atuais por meio da colonialidade. Diante disso, a presente pesquisa se constitui como exploratória e qualitativa e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender de que modo a Psicologia Social-Comunitária pode contribuir para a libertação política do povo latino-americano segundo uma perspectiva decolonial. Por meio da análise desenvolvida, constatou-se que a Psicologia Social-Comunitária é capaz de contribuir com a libertação política da América Latina devido ao seu compromisso ético e político com os povos oprimidos, explorados e dependentes, considerando o papel da Europa no processo de colonialismo e colonialidade e assumindo uma práxis libertadora que é engajada na transformação da realidade social. Com a recuperação da memória histórica dos povos latino-americanos, a potencialização de suas virtudes e a desideologização da vida cotidiana e das experiências, tarefas que a Psicologia Social-Comunitária lida a partir da sua relação com a Psicologia da Libertação, fica claro o seu caráter decolonial, que envolve a libertação para formas de ser e pensar plurais desvinculadas da dominação, opressão e dependência da Europa.

Palavras-chave: Psicologia Social. América Latina. Colonialismo.

ABSTRACT

Colonialism was a process that began with the arrival of Europeans to Latin America, causing changes from the domination, oppression and exploitation of subjects and ways of life, knowledge, and social and cultural organization considered inferior to Europe, a process that extends to the present day through coloniality. Therefore, the present research is exploratory and qualitative and was developed through a bibliographic review, with the objective of comprehending how Social-Community Psychology can contribute to the political liberation of the Latin American people from a decolonial perspective. Through the analysis developed, it was found that Social-Community Psychology is able to contribute to the political liberation of Latin America due to its ethical and political commitment to the oppressed, exploited and dependent people, considering the role of Europe in the process of colonialism and coloniality and assuming a liberating praxis that is engaged in the transformation of the social reality. With the recovery of the historical memory of Latin American peoples, the potentiation of their virtues and the deideologization of daily life and experiences, tasks that Social-Community Psychology deals with from its relationship with Liberation Psychology, its decolonial character is clear, which involves liberation for plural forms of being and thinking unbound from domination, oppression and dependence on Europe.

Keywords: Social Psychology. Latin America. Colonialism.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: giovanna.cavalcanti.moreira@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: tiagodeividy@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Entre as populações que compõem a continente americano, o povo latino-americano está imerso em uma forma específica de configuração política, uma vez que o surgimento da América Latina como tal está permeado pela colonização, articuladora de genocídios e da desorganização do mundo pré-colonialismo (GONÇALVES, 2016). Nesse contexto, surge a decolonialidade como uma perspectiva que entende que o colonialismo não teve um ponto final demarcado e segue existindo, assumindo diversos contornos (OLIVEIRA; LUCINI, 2021). Assim, o termo decolonial faz alusão a uma postura que surge a partir do encontro com o horror da colonialidade e se transforma em uma atitude crítica ao contexto colonial ao mesmo tempo que busca afirmar a vida daqueles que são afetados por essa conjuntura (MALDONADO-TORRES, 2008).

Diante desse cenário, centenas de anos após a colonização, em 1970, é empreendida uma modificação da Psicologia Social, que passou a ter uma postura implicada com a realidade em que se insere e comprometida com a transformação social. Esse processo foi um dos pontos que serviu de base para a estruturação da Psicologia Social-Comunitária (GONÇALVES; PORTUGAL, 2016). Com isso em mente, o presente trabalho intenta tomar como objeto de estudo o contexto que a população latino-americana está inserida e a prática da Psicologia Social-Comunitária nessa circunstância a partir de um enfoque decolonial, a fim de compreender suas contribuições para a libertação política do povo latino-americano.

A atração por essa temática surgiu durante a graduação, a partir das disciplinas de Psicologia Social e Psicologia Comunitária, e foi ainda mais aprofundada por meio do estágio supervisionado em processos psicossociais. Entrar em contato com essas disciplinas e atuar no estágio permitiram a abertura de um horizonte jamais contemplado outrora e a percepção de que as perspectivas Social-Comunitária e decolonial, na Psicologia, ainda possuem pouco reconhecimento, assim como a população latino-americana tem, até então, um árduo caminho para trilhar rumo à libertação do colonialismo e da colonialidade.

Nesse sentido, a pesquisa faz-se necessária para que haja não apenas o crescimento e fortalecimento da Psicologia Social-Comunitária, como também para incentivar a adoção, pelos psicólogos dessa área, de uma práxis decolonial que impulse a libertação política da população latino-americana, de forma a resultar na garantia de seu bem-estar e qualidade de vida, que são afetados pelos resquícios da colonização, conforme preconizado pelo Código de Ética da Psicologia.

Com base nisso, toma-se como pergunta de partida a seguinte questão: de que forma a Psicologia Social-Comunitária pode contribuir para a libertação política da população latino-americana a partir de uma perspectiva decolonial?

A partir deste ponto inicial, tem-se, como objetivo compreender de que forma a psicologia social-comunitária, a partir de um olhar decolonial, pode contribuir para a libertação política da população da América-Latina, investigando as bases teórico-práticas da Psicologia Social-Comunitária, entendendo o contexto sociocultural e político-econômico da América Latina e apreendendo o eixo norteador da concepção decolonial e a sua expressão na Psicologia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada tem caráter exploratório, visto que visa tornar o problema pesquisado mais familiar com o intuito de esclarecê-lo ou construir hipóteses, e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, buscando fontes em produções já elaboradas, como livros e publicações periódicas (GIL, 2002). Com esses pressupostos, tem-se que a pesquisa possui natureza qualitativa, uma vez que a “[...] pesquisa qualitativa se refere à coleta e tratamento de informações sem uso de análise estatística [...]” (GAMBOA, 2003, p. 399).

Foram utilizadas as seguintes bases de dados para realização da busca bibliográfica: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Acadêmico. Foram levantados *Psicologia Social*, *América Latina* e *Colonialismo* como descritores para a busca, sendo usado o operador booleano AND.

Para selecionar os materiais para leitura, foram usados como critério de inclusão o ano de publicação entre 1979 e 2022, textos que estiverem completos e na língua portuguesa, inglesa e/ou espanhola. As publicações que não atenderam a esses requisitos, foram excluídas. Além delas, usou-se, também, livros que vão ao encontro com a temática de pesquisa e trazem contribuições relevantes para as discussões.

A seguir se deu a análise dos títulos e resumos das publicações selecionadas, a fim de delimitar aquelas que melhor alcançam a temática da pesquisa para serem lidas em sua totalidade, assim como houve o início do processo de elaboração das discussões.

3 A AMÉRICA LATINA: DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE

No século XIX, a região que atualmente é conhecida como América Latina recebeu seu nome de batismo. Em 1856, José Maria Torres Coicedo, jornalista colombiano, nomeou o lugar que foi palco de entraves diversos, entre eles, aqueles que se desenrolaram em decorrência da colonização promovida pela Europa no século XVI (BALLESTRIN, 2017).

Nesse contexto, o termo colonialismo faz referência ao processo de colonização existente nos modelos capitalistas, que envolvia uma dinâmica de dominação violenta justificada pelo “[...] direito de povos colonizarem outros em razão da pseudo-supremacia civilizatória, cultural, bélica, tecnológica, econômica, étnica e social” (ANSARA, 2012, p. 300). Por conseguinte, essa ação implica em conquistar o controle de uma população ou região e a partir dele instituir valores, princípios, costumes, entre outros, compulsoriamente (ANSARA, 2012).

A dominação vivenciada pela América Latina se construiu conforme o antigo sistema colonial, que operava a partir da convergência dos interesses da Coroa e dos colonizadores. Apesar de estarem submetidos ao sistema da vassalagem, o qual os fazia dever fidelidade aos soberanos europeus, os colonizadores ainda tinham lugar para expressar suas vontades e, deste modo, para que os interesses de ambas as partes pudessem ser corroborados e preservados no mundo colonizado, articulou-se uma estrutura política e legal que reproduziu a estrutura social ibérica, associada com a escravidão e a exploração de africanos, indígenas e mestiços (FERNANDES, 2019).

Nesse processo de controle, os dominadores voltaram-se para a ciência a fim de sistematizar uma lógica que provasse a desigualdade entre homens, instituindo a inferioridade de raças como uma verdade. Os sociólogos perceberam que grupos de povos diversos estavam em momentos diferentes do desenvolvimento econômico e social e a partir daí articularam uma teoria científica do valor das raças, determinando se certos homens eram capazes ou não de progresso com base na conjuntura histórica daquele momento. A etnologia decretou: há raças que jamais ascenderão ao mesmo nível de desenvolvimento de outras mais elevadas e, por isso, elas devem ser controladas pelas soberanas (BOMFIM, 2008).

A partir desse processo, deu-se início à construção de uma sociedade colonial, organizada segundo castas e estratos sociais segmentados, com os colonizadores ocupando posições de poder que podiam ser herdadas pelas próximas gerações, e os africanos, mestiços e indígenas, subordinados a uma dinâmica de dependência aos europeus, colocados à margem da sociedade ou classificados em castas dependentes (FERNANDES, 2019). Assim, os

“povos inferiores” tiveram suas vidas organizadas de acordo com os pressupostos dos “superiores”, que foram até onde os primeiros viviam e forjaram a si mesmos como parte das classes dirigentes que possuíam o direito de forçar os “inferiores” a trabalharem para elas, recorrendo ao extermínio deles e à posse de suas terras quando não se submetiam a essa dinâmica, sendo esse processo amparado pela Igreja, que se configurava como um órgão explorador que espalhava superstições para garantir a obediência dos povos de forma a assegurar a escravidão moral e intelectual dos colonizados, o que coloca em evidência o fato de que nenhuma sociedade, órgão ou classe da metrópole deixou de fazer parte desse parasitismo sobre a colônia, orquestrado em termos de um organismo social preso a outro enquanto consome suas forças, nesse caso, a metrópole exploradora e expropriadora do trabalho de negros e indígenas escravizados (BOMFIM, 2008).

Essa clara separação entre o mundo do colonizador e o mundo do colonizado é estruturante do que viria a ser a América Latina. O encontro entre europeus de variadas regiões, com suas perspectivas colonizadoras, africanos escravizados oriundos de diferentes lugares da África e populações originárias múltiplas, do ponto de vista de colonizados, construiu um cenário de tensão social a partir de suas matrizes de pensamento distintas. É esse contexto de separação entre a esfera do colonizador e a do colonizado, e o desencontro entre elas, que substancia o continente americano e, no âmbito latino-americano, dá origem ao labirinto da América Latina (GONÇALVES, 2016).

3.1 COLONIALISMO, MODERNIDADE E A COLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O estabelecimento do colonialismo europeu implicou na instauração de relações de dominação das várias esferas da vida dos povos colonizados e, assim, o eurocentrismo se enraizou como uma forma de conhecimento superior a partir do protagonismo burguês no pensamento europeu ocidental e das necessidades advindas do controle estabelecido sobre a América, tornando a perspectiva capitalista, eurocêntrica e colonial/moderna o novo padrão hegemônico de poder. Dessa forma, todo o vasto universo de vida dos povos colonizados, incluindo suas subjetividades, culturas, conhecimentos, foi redefinido segundo o paradigma europeu (QUIJANO, 2005).

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus

padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. [...] Em terceiro lugar, forçaram [...] os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. (QUIJANO, 2005, p. 12).

E assim o epistemicídio, entendido como o aniquilamento de saberes tidos como não-científicos, acompanhado do linguicídio, empreendeu o silenciamento do Sul, retirando-o do discurso, já que os conhecimentos e línguas locais foram apagados e substituídos pelos conhecimentos do Norte imperial, processo que demonstra a instauração do colonialismo como conhecimento-regulação. Deslegitimar conhecimentos também leva à deslegitimação das práticas sociais que os criaram e à exclusão dos que as perpetuam, e esse encadeamento evidencia que o epistemicídio levou à destruição e à impossibilidade de criação de conhecimentos que não fossem de encontro com o padrão europeu, ocorrendo “[...] sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais [...]” (SANTOS, 2018, p. 200), incapacitando-os de representarem o mundo como pertencente a eles segundo suas próprias perspectivas. Assim, a articulação desses processos empreendidos pelos colonizadores legitimou as Epistemologias do Norte, criadoras de uma linha abissal, com um lado onde situa-se a perspectiva metropolitana, do Norte, e outro onde está a perspectiva colonial, que só tem a possibilidade de representar a si mesma e o mundo segundo o saber dominante eurocêntrico, situado em posição privilegiada na hierarquia de poder e perpetuador do colonialismo (SANTOS, 2018).

A modernidade foi assim se constituindo, a partir da conquista da América Latina, com a Europa colocando-se no centro da história do mundo e alocando os diferentes para a periferia, organizando o mito de que somente a civilização moderna era superior e desenvolvida, e por isso ela devia, ao seu modo, forçar os “primitivos” ao desenvolvimento, processo esse que recorria à violência, tida como necessária para tornar os “inferiores” civilizados e, ainda, fundamentado na premissa de que os “não-desenvolvidos” têm culpa por não cederem ao processo civilizador e, devido a isso, ele é uma forma de aliviá-los dessa culpa (DUSSEL, 2005). O desprezo e a repressão empreendidos ao mundo dos colonizados retiraram deles suas possibilidades de reprodução da vida e os impediram de determinarem a si mesmos como coletividade e como sujeitos, violentamente atingindo, inclusive, a condição humana desse povo, desumanizando-o (GONÇALVES, 2016).

A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo “europeu” de “modernização”, de civilização, de “subsumir” (ou alienar)⁴⁶ o Outro como “si-mesmo”: mas agora não mais como objeto de uma práxis

guerreira, de violência pura [...], e sim de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política⁴¹, etc., dominação do Outro. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do "modo" como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana. Sobre o efeito daquela "colonização" do mundo da vida se construirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade [...] (DUSSEL, 1993, p. 50-51).

Nesse sentido, o estabelecimento do sistema europeu como universal demonstra que a Modernidade é, ao mesmo tempo, fruto de um conhecimento moderno/colonial e propagadora dele. Esse conhecimento elaborado nos ditames imperiais/coloniais foi ancorado em certas instituições, línguas e espaços geo-históricos, e com a articulação da teologia e, em seguida, da ciência, estabeleceu-se como um conhecimento que, apesar de ser ocidental, vai além do espaço corporal e geo-histórico, sendo tido como o único válido e universal. Por meio de instituições como museus, exércitos, universidades, oficiais do Estado, entre outras, esse conhecimento fundamentado a partir do universo imperial se firmou e perpetuou como controlador de povos, que foram sujeitados às convicções e às perspectivas europeias, assim como ao conhecimento produzido segundo o ponto de vista europeu (MIGNOLO, 2021).

3.2 A COLONIALIDADE: RELAÇÕES COM A MODERNIZAÇÃO E A OCIDENTALIZAÇÃO

A separação do regime colonial assumiu contornos específicos na América Latina. Com a irrupção da descolonização, as classes dominantes procuraram transformar os modos coloniais de propriedade em modos capitalistas de propriedade e de apropriação social, sem abdicar de seu poder e de sua supremacia social. A descolonização foi gerida pela dominação burguesa externa, imperialista, e interna, representada pelas classes dominantes, que possuíam o interesse conjunto de criar ilusões e mitos sociais e pretendiam deixar a ordem sócio-econômica fora da revolução, transformando apenas a ordem político-legal de forma a promover a independência da metrópole e manter sua hegemonia social intacta. A independência era, nesse sentido, uma forma de estabelecer a posição política e o poder daqueles que estavam a orquestrando, com a conjugação dos interesses da classe privilegiada com os de nações parceiras externas, cuja dominação tornou-se semicolonial e indireta, por estar desligada das estruturas político-legais de dominação (FERNANDES, 2015).

Esse processo implica que certos aspectos do colonialismo não eram alvo das transformações empreendidas pelas classes privilegiadas e nações externas a elas vinculadas, uma vez que procuravam usá-los para converter o capitalismo colonial em semicolonial. O anticolonialismo só seguia seu curso até o ponto de garantir a condição de possuidores do poder, em termos político-legais, daqueles que o realizavam, e havia uma suspensão da descolonização nos demais quesitos, como premissa do padrão neocolonial instaurado através da articulação dos interesses dos setores senhoriais e intermediários em crescimento com os das nações externas (FERNANDES, 2015).

Diante deste contexto, a colonialidade ganha destaque como uma categoria que sublinha o fato de que a independência não colocou um fim no sistema de poder estabelecido a partir da modernidade e da construção do capitalismo ocidental. A colonialidade afirma que as perspectivas imperiais da Europa ainda seguem vivas configurando a ordem social não apenas latino-americana, como também do mundo globalizado como um todo. À vista disso, os processos coloniais continuam existindo no mundo atual, no entanto, eles não são ancorados em mecanismos de coerção, e sim de estruturação sobre o poder, a subjetividade e o saber, impactando as associações geopolíticas e as estruturações microfísicas e cotidianas de sujeitos e coletividades subalternos (PANOTTO, 2019).

O que se entende por império e imperialismo, dependência e interdependência, colônia e metrópole faz parte do projeto de modernização do mundo, cuja premissa inclui a disseminação e o estabelecimento dos valores sociais, culturais e dos paradigmas europeus e estadunidenses, o que aponta para a ocidentalização, como processos sinônimos, construindo noções como as de “[...] país desenvolvido e subdesenvolvido, industrial e agrário, central e periférico, do Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, do norte e do sul ou moderno e arcaico [...]” (IANNI, 2001, p. 97).

Aqui, o capitalismo entra em cena, uma vez que desde o século XVI, esse sistema teve seus polos, principalmente, nos Estados Unidos e em países da Europa, estando envolvido em processos que influenciaram o mundo, como o mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo, entre outros, e se tornando, no século XX, um modo de produção global e um processo civilizatório. Do desenvolvimento nos países centrais, dominantes, metropolitanos, do norte, o capitalismo vai até as comunidades coloniais, periféricas, do Terceiro Mundo, do sul, dependentes, agrárias e subdesenvolvidas, implicando a sua globalização. A modernização presume que tudo que é de ordem social se moderniza ou possui tendência a modernizar-se segundo o ocidentalismo, e o capitalismo é tido não apenas superior, como também inevitável. Nesse sentido, com a globalização, as instituições consolidadas e

características das sociedades capitalistas dominantes são mundializadas, assim como os preceitos implicados no contrato e no mercado, que, ignorando culturas e civilizações, se estabelecem como os paradigmas para diferentes modos de organização social da vida e do trabalho, o que faz com que a desterritorialização atinja coisas, sujeitos e cosmovisões, uma vez que eles são atravessados por outras formas de territorialização (IANNI, 2001)

A globalização aponta para a universalização da sociedade capitalista, com a concentração do poder nas mãos de um grupo que se sobressai como autoridade da ordem mundial (QUIJANO, 1998). Nesse processo, as elites, corporativas, religiosas, intelectuais, militares, entre outras, assumem um protagonismo na estruturação de paradigmas que regulamentam outras populações e classes sociais, o que coloca em destaque o caráter colonial e imperialista do capitalismo, sendo, com base nisso, estruturada a necessidade de “[...] alfabetizar, profissionalizar, urbanizar, secularizar, modificar instituições e criar novas, reverter expectativas e outras diretrizes, de modo a viabilizar a execução e dinamização dos objetivos e meios de modernização, modernos, modernizantes” (IANNI, 2001, p. 101). Desta forma, a colonialidade segue existindo no arranjo contemporâneo da globalização (MIGNOLO, 2020).

A colonialidade, nesse sentido, atravessa todas as esferas da vida. A epistemologia eurocêntrica, e suas formas de engendrar conhecimentos, propaga um certo sistema-mundo a partir do apagamento de um sujeito de enunciação, tido por ela como inferior, e da sua esfera de elocução do saber, constituindo a colonialidade do saber (ROMERO-LOSACCO, 2021). Ela forma arranjos com dinâmicas sociopolíticas e artifícios de elaboração identitária, legitimando paradigmas ocidentais como o padrão hegemônico e envolvendo óticas epistêmicas “[...] que respondem aos quadros simbólicos, discursivos, ideológicos e cosmovisionais dos contextos geopolíticos contemporâneos, no que se referem à promoção de valores morais, culturais e políticos representativos das lógicas [...] pós-coloniais” (PANOTTO, 2019, n.p).

4 A PSICOLOGIA SOCIAL-COMUNITÁRIA, SEU COMPROMISSO COM A LIBERTAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O processo de estabelecimento da Psicologia Social como é tida hoje envolveu uma subversão realizada na Psicologia. Enquanto âmbito da ciência psicológica, essa área construiu suas primeiras produções na década de 50 a partir de dois caminhos principais. O primeiro, europeu, tomava a fenomenologia como base e se orientava por trabalhos que

visavam evitar o desenvolvimento de novas calamidades mundiais, uma vez que a Segunda Guerra Mundial acabara de ocorrer, e a construção de paradigmas científicos totalizantes, enquanto o outro caminho, o estado-unidense, se dirigia por uma via pragmática que procurava intervir sobre os homens a fim de que eles reerguessem a humanidade que havia acabado de sair da guerra. Essa última via buscava estudar e interferir nas atitudes e processos grupais, intervendo nas relações instituídas entre os sujeitos para fazê-las produtivas e harmoniosas (LANE, 1984).

No contexto latino-americano, dominado tanto cultural como economicamente, a Psicologia Social se construía a partir de uma mistura entre o ponto de vista estado-unidense e uma perspectiva de homem que o compreendia de maneira abstrata, nos âmbitos filosóficos e sociológicos. Ao mesmo tempo que essas perspectivas se desenvolviam, iniciou-se, na década de 60, uma crítica a maneira como essa ciência estava se construindo. Começou-se a ser apontada uma crise na área, dado que as noções psicossociais, que deveriam produzir conhecimentos capazes explicar, interferir e antever comportamentos sociais, não conseguiam alcançar tal demanda. Na França, em 1968, a Psicanálise reconquistou notoriedade na Psicologia Social e, com base nela, foram tecidas críticas à via estadunidense, que era tida como ideológica e enviesada pelos interesses da classe dominante, sendo entendido que não era possível transcrever os conhecimentos produzidos por ela para outros contextos, já que eles haviam sido construídos de acordo com a realidade sócio-histórica estado-unidense (LANE, 1984).

Esse momento de eclosão de críticas à maneira como a Psicologia Social estava se desenvolvendo abriu espaço para que a Psicologia Comunitária pudesse se construir. Essa área se consolida como um âmbito da Psicologia Social que leva em consideração a atividade comunitária como sendo consciente e possuidora de um significado social e característica do modo de vida comunitário, tanto objetivo como subjetivo, o que remete à associação entre os processos psicológicos e a vida comunitária (GÓIS, 2012). No contexto brasileiro, esse campo também é atravessado por “[...] valores arraigados nas ciências sociais acerca do desenvolvimento humano e social em nosso país, valores baseados na história, no sofrimento e miséria de nosso povo, bem como numa ideologia de mudança social radical” (GÓIS, 2012, p. 100).

Com essa questão, a Psicologia Social-Comunitária escolhe a opção de ter compromisso político e social com o povo oprimido e explorado, o estímulo à participação social e a promoção da conscientização acerca da realidade, que, na perspectiva desse campo, não é tida de modo fragmentado e naturalizado (FREITAS, 2015). Nesse contexto, a questão

do caráter oprimido tem uma especificidade, uma vez que é fruto da conjuntura específica da classe oprimida, e se constitui a partir da interrupção do núcleo de vida ou da capacidade evolutiva dos sujeitos, que se revela por meio das “vivências de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência, realizado pelas condições psicossociais e econômicas de sobrevivência e reforçado por uma ideologia de submissão e resignação” (GÓIS, 2003a, p. 35). Assim, o caráter oprimido não é ocasionado por uma psicopatologia, e sim pelo subdesenvolvimento. A sobrevivência, a alienação e a miséria são a sua base, dado que o sujeito o constrói como uma forma de se proteger do sofrimento advindo das condições de violência (GÓIS, 2003a).

A partir disso, a práxis da Psicologia Social-Comunitária envolve tomar a realidade a partir de uma posição que a considere em sua totalidade, percebendo as contradições históricas, com o intuito de fomentar a despatologização e/ou despseudologização das relações sociais e da vida cotidiana, atuando para a construção de formas de superação do fatalismo e da concepção que toma os eventos históricos como irreversíveis e fixos (FREITAS, 2015).

Esse campo se orienta por uma práxis social libertadora que procura compreender as esferas psicossociais da vida comunitária que tornam os indivíduos sujeitos de suas realidades e aquelas que os impedem de tal ato, ao mesmo tempo que atua estimulando a autonomia, a liberdade e o potencial inerente dessas pessoas se desenvolverem individual e socialmente (GÓIS, 2012). Nesse contexto, a conscientização tem um papel central, assim como outras propostas teóricas e metodológicas de Paulo Freire, como problematização, práxis, diálogo, círculo de cultura, vinculação entre conhecimento popular e científico (XIMENES; GÓIS, 2010).

A conscientização é um processo que envolve voltar-se para uma realidade para analisá-la, sendo esse o processo de tomada de consciência, que ainda não é a conscientização, dado que ela só se concretizará quando houver uma postura crítica interligada com uma práxis, tida como a unidade entre ação e reflexão. Ao atingir esse ponto de criticidade, a realidade é tida como um objeto cognoscível e o sujeito atinge uma posição epistemológica. A conscientização envolve sempre um desvelamento da realidade, é um compromisso histórico e implica em utopia, que não é algo inatingível, mas “[...] a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante (FREIRE, 1979, n.p)”. Assim, a conscientização produz sempre a desmitologização, e por isso o opressor nunca poderá empreendê-la, já que ele articula a mistificação para engendrar homens oprimidos, e a conscientização implica um olhar cada vez mais crítico da realidade, que é questionador de conjuntura dominante injusta e

causadora de desumanização, caminhando para a criação de uma nova realidade (FREIRE, 1979).

A partir disso, tem-se que a Psicologia Social da Libertação é um campo cujas proposições serviram de inspiração para a Psicologia Social-Comunitária. Aqui, a questão da libertação é ímpar por implicar uma práxis libertadora (GÓIS, 2005). A Psicologia Social da Libertação, nesse sentido, nasce a partir da crítica. A crítica e a libertação são conceitos com um vínculo tão forte a ponto de se dizer que não é possível haver libertação sem crítica, assim como não há crítica que não provoque libertação ou mudança do contexto criticado ou do sujeito que criticou. O conceito de crítica remete à ação de criticar uma forma de ser ou estar que é tida como fixa e elementar. É nesse campo que a Psicologia da Libertação cria raízes e se firma como um modo de fazer Psicologia engajado com os interesses das nações latino-americanas, criticando não só a própria prática psicológica, como também as desigualdades na distribuição de recursos socioeconômicos, os arranjos sociais e governos que as perpetuam e as visões de mundo e das pessoas que predominam na intelectualidade da América Latina (MONTERO, 2011).

O conceito de libertação tomado nesse âmbito é atravessado por preceitos epistemológicos que são implícitos a ele e estão relacionados com o fato deste termo fazer alusão a mudanças qualitativas na estrutura societal, implicando em uma nova realidade. A superação da dicotomia entre o individual e o social através do conceito de relação é o primeiro pressuposto. A percepção da existência de relações injustas e desiguais entre pessoas e entre países, com o interesse de uns se sobressaindo dos interesses de outros, gerando opressão e dominação, é o que está na base deste primeiro preceito e faz com que o conceito de libertação surja em um contexto religioso, social, cultural e econômico onde a realidade era pensada de forma dialética e relacional e se proponha a ser um instrumental capaz de levar a superação dessas relações de dominação e opressão, o que demonstra o caráter relacional, crítico e dialético do conceito de libertação. O segundo pressuposto epistemológico aponta para a superação da dicotomia entre teoria e prática, dado que o conceito de libertação envolve sempre um conceito e uma teoria que implica em uma prática, como se não houvesse divisão entre o que se diz e o que é feito. Por fim, a libertação é atravessada por uma obrigatoriedade ética: se é para libertar, é para libertar de algo que prejudica alguém, e por isso é ruim, o que demonstra uma dimensão valorativa. Esse último pressuposto foi construído a partir do próprio contexto que o conceito de libertação surgiu, a saber, a realidade latino-americana onde havia violação da dimensão humana, com o subdesenvolvimento, a angústia, a morte (GUARESCHI, 2011).

A partir disso, a libertação é tomada no campo da Psicologia Social-Comunitária na América Latina por reconhecer que a energia empregada por uma pessoa para se tornar sujeito da realidade está inserida em um contexto de dominação e exploração (GÓIS, 2005). Nesse sentido:

[...] na América Latina, o religioso, o pedagógico, o filosófico e o psicológico, se fundem e nascem de novo na realidade social de seu povo oprimido, que busca a libertação mediante a práxis libertadora, ato este que é de conquista, de superação, de conscientização e de amor. Por isso é evidente que, para completarem-se no contexto latino-americano, a Teologia, a Pedagogia, a Filosofia e a Psicologia, necessitam da palavra Libertação, passando assim a ser: Teologia da Libertação, Pedagogia da Libertação, Filosofia da Libertação e Psicologia da Libertação (GÓIS, 2005, p. 63-64).

Questionando-se sobre o sofrimento humano, a Psicologia da libertação se engaja não apenas no resgate dos sujeitos das situações de violência, mas também impulsiona a participação deles na construção de uma nova proposta de sociedade (WOLFF, 2011). A partir disso, Martín-Baró afirma que, para que o projeto moral assumido pela Psicologia da Libertação se realize, é preciso que a identidade coletiva invalidada seja restaurada por meio do resgate da memória histórica dos populações ibero-americanas, assim como é necessário que esses povos tenham suas virtudes potencializadas, como o sentido comunitário, a religiosidade, a solidariedade. É preciso, ainda, que seja empreendida a desideologização por meio da crítica à cultura enraizada, de forma a diminuir o controle exercido pelos meios de comunicação e pelas instituições (IBAÑEZ, 2011).

Assim, quebrando com as cadeias de opressão pessoal e social mantidas por uma estrutura que obriga os sujeitos a assumirem o lugar de oprimidos e submissos sem controle sobre a própria existência, a Psicologia da Libertação se firma (MARTÍN-BARÓ, 2011a). Nesse sentido, a conscientização sobre os processos de colonização leva os sujeitos não só a libertarem a si mesmos das amarras da opressão, como também liberta os opressores de sua dependência da dominação (COSTA; BARROS, 2020).

Ao se voltar para a libertação, esse campo assume que a verdade dos povos latino-americanos está no seu futuro de liberdade, e não no presente momento de opressão (MARTÍN-BARÓ, 2011b), mantendo em mente que “a consciência, a vontade de participar, a sensibilidade, a luta, o amor e o potencial de vida não malogram por completo, em nenhum ser humano vivo, nem no sofrimento nem na loucura, em nenhuma doença física/mental [...]” (GÓIS, 2008, p. 122).

5 ATRAVESSANDO O COLONIALISMO E A COLONIALIDADE EM DIREÇÃO À LIBERTAÇÃO DECOLONIAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL-COMUNITÁRIA

Diante da realidade de dominação, os povos latino-americanos lidam com duas questões, sendo a primeira relativa à libertação de condições internas e externas que perpetuam o aprisionamento das populações aos interesses de outros países, que inclusive são o alicerce das estruturas básicas da sociedade. Já a segunda questão refere-se à necessidade de libertação dos grilhões interiorizados pelos povos latino-americanos que impossibilitam a estruturação de uma identidade histórica própria em razão de os manterem alienados do horizonte de suas vidas (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Tomando essa realidade da América Latina como base, a Psicologia Social-Comunitária latino-americana se estruturou a partir da Psicologia Social crítica e contextualizada, assumindo uma preocupação com problemas sociais e um compromisso com transformações humanas e sociais, com a diminuição da desigualdade e com a conscientização de sujeitos, grupos oprimidos e populações. A práxis libertadora é o que guia a Psicologia Social-Comunitária, que, a partir do entendimento das condições de vida comunitária, caminha em direção ao desenvolvimento dos potenciais de crescimento individuais e sociais, utilizando das condições atuais e latentes das comunidades e de seus moradores e estando sempre de mãos dadas com a contínua busca de vida e humanização das pessoas, uma vez que entende ser esta a vocação do sujeito para superar a si mesmo como o ser vivo e livre que ele é. (GÓIS, 2008).

A libertação surge a partir da consciência do lugar de subdesenvolvimento que a América Latina é mantida, manifestado a partir da dependência e da dominação. Essa categoria implica uma ruptura e uma denúncia do sistema subdesenvolvimentista e de seus mecanismos subjugadores que impossibilitam a autonomia, a independência e a liberdade. Com o desmascaramento da ideologia que propaga o subdesenvolvimento mantenedor de relações injustas, de dominação e de dependência, a libertação é uma palavra-ação que implica, ao mesmo tempo, libertar de e para, libertar da realidade de opressão, dependência e dominação para chegar a uma nova situação mais humana, o que coloca em evidência o aspecto ético da libertação (BOFF, 2014).

Posicionada de maneira ativa no processo de compreender as condições históricas, sociais, econômicos e culturais que atravessam a realidade das populações ao mesmo tempo que coloca em evidência e impulsiona o potencial pessoal e coletivo de onde está presente, a

Psicologia Social Comunitária mantém em mente “[...] que é a partir do resgate da história partilhada, da cultura local, dos saberes e práticas produzidos nas comunidades, que é possível criar alternativas de superação das dificuldades vividas” (XIMENES; NEPOMUNECO; CIDADE, 2016, p. 189).

Estes pressupostos da Psicologia Social-Comunitária a levam de encontro com uma opção decolonial. Essa opção toma como ponto da partida a ferida colonial e o fato de que houve a classificação de pessoas e lugares como subdesenvolvidos, tanto economicamente como mentalmente. Ao invés de desconsiderar a vida em razão da primazia da produção e reprodução de bens, a opção decolonial coloca em destaque a regeneração da vida e, de uma forma política, também põe em ação a produção de conhecimento para o bem-estar e não para o controle de povos em razão do interesse imperial, que, nessa perspectiva, só pode acontecer se o saber for produzido segundo experiências e necessidades locais, e não imperiais, que se impõem para todos (MIGNOLO, 2021).

A partir disso, a Psicologia Social-Comunitária enraíza sua práxis nas comunidades, que são tidas como instâncias capazes de impulsionar o potencial daqueles que nela vivem, sendo permeada por um modo de viver coletivo que abarca interesses em comum e por interações atravessadas pela tradição e por aspectos históricos, hábitos, valores, entre outros. Ela é propiciadora da mudança social por conter em si o potencial de dominar a injustiça, a pobreza e de proteger o meio-ambiente (GÓIS, 2008). O reconhecimento desse potencial se dá devido a uma ótica marxista adotada no campo da Psicologia Social-Comunitária, o que levou ao entendimento de que é nas comunidades que a classe trabalhadora está situada e, nesse contexto, ela é um agente social que possui em si o potencial de ir contra a exclusão orquestrada pelo capitalismo e mantida pela exploração da mais-valia e pela alienação dos trabalhadores daquilo que por eles é produzido. Assim, na Psicologia Social-Comunitária latino-americana a mudança social buscada se dá em termos de transformação de uma sociedade exploradora (SAWAIA, 2007).

Indo mais a fundo até das questões éticas trazidas à tona pela modernidade contemporânea, chega-se até a globalização, que entra em jogo por atingir a sociedade e levar à ruptura das barreiras tradicionais que separavam pessoas e nações e intensificar discriminação e segregação, que são questões tanto velhas como atuais. Esse processo faz com que a alteridade e a identidade se façam presentes como características de uma vida social digna, trazendo à tona a necessidade de a comunidade ser retomada em seu âmbito ético-político como promotora de integração e autonomia. Situada nos espaços cotidianos, a comunidade propicia o crescimento e o desenvolvimento das potencialidades humanas, o que

ênfatisa seu rompimento com a dicotomia entre coletividade e individualidade, e é tida como uma dimensão relacional e temporal/espacial da cidadania, que, na era da globalização, se coloca como objetivadora de uma sociedade igualitária e plural ao mesmo tempo que conecta os sujeitos a regiões físicas ou simbólicas e a temporalidades em comum. Nesse sentido, a comunidade é tida como “um movimento de recriação permanente da existência coletiva, fluir de experiências sociais vividas como realidade do eu e partilhadas intersubjetivamente, capaz de subsidiar formas coletivas de luta pela libertação de cada um e pela igualdade de todos” (SAWAIA, 2007, p. 48).

Diante dessas características da comunidade, a Psicologia Social-Comunitária se compromete com o desenvolvimento comunitário, entendendo que ele não pode ser alcançado com a mera transformação instrumental da comunidade, uma vez que o desenvolvimento do sujeito da comunidade é essencial. A comunidade, para o morador, é seu lugar de vida e ação, é “[...] o campo objetivo do movimento de sua consciência (construção e reconstrução de sentidos e sentimentos - consciência pessoal) e do movimento da consciência da coletividade (construção e reconstrução de significados e sentimentos coletivos - consciência social)” (GÓIS, 2005, p. 15). Na comunidade é desenvolvida a atividade comunitária, que possui um caráter instrumental e comunicativo: ação instrumental de mudança da realidade e ação comunicativa como diálogo problematizador, que em conjunto com uma forma de vida solidária, produz efeitos na consciência. Assim, por ser base do desenvolvimento da comunidade e do sujeito da comunidade, a atividade comunitária é estimulada pela Psicologia Social-Comunitária (GÓIS, 2005).

Essa estimulação é preconizada em razão do reconhecimento de que quando, a partir de uma ação coletiva de cooperação, o sujeito produz seu lugar de vida, o descobre, o conquista e se apodera dele, ele também abre o caminho para o desvelamento daquilo que embaraça sua capacidade de tomar consciência e impossibilita a conscientização, possibilitando que novos sentidos emergjam (GÓIS, 2003b). Aqui a questão do fortalecimento ganha destaque por implicar fazer-se forte para provocar transformações no entorno ao mesmo tempo em que se transforma a si mesmo, ou seja, é o desenvolvimento, realizado pelos membros de uma comunidade em conjunto, de capacidades e recursos que permitem o controle da vida, envolvendo uma ação comprometida, crítica e consciente que transforma o ambiente e os sujeitos de acordo com suas necessidades e desejos (MONTERO, 2006).

Para colocar isso em prática, a Psicologia Social-Comunitária faz uso de métodos para efetivar a sua práxis, como a familiarização. Ela envolve o conhecer a comunidade que fará parte do trabalho comunitário, que é conjunto, provocando sensibilização frente aos interesses

e problemas comunitários, o que caracteriza a familiarização como um método-processo, porque conforme ocorre, com ações e discussões, procura mudanças e transformações. A seguir, a problematização surge como um método-processo que busca transformar modos de pensar, viver e agir que, em razão de fazerem parte da vida cotidiana e sempre terem sido do jeito que são, são tidos como fossem próprios dos sujeitos e não precisassem ser modificados, mas que podem ocultar conjunturas negativas e prejudiciais. As questões colocadas à luz da problematização têm suas raízes investigadas, assim como também é buscado saber quais as capacidades dos moradores da comunidade de superá-las, havendo sempre diálogo, debate e análise. A desnaturalização é outro método-processo que é colocado em ação durante o trabalho comunitário, implicando desvelar a naturalização feita de algo ou de um modo agir proveniente de um contexto que beneficia certos interesses. A desideologização também é mais um método-processo colocado em movimento com a premissa de propiciar uma consciência global que não é fragmentada ou coagida. Todos esses métodos-processos são libertadores e levam a algo em comum: a conscientização, que se dá em cada sujeito na medida em que compreende e reconhece o problema, o contexto e a si mesmo como único e pertencente a um grupo (MONTERO, 2016).

O processo da Psicologia Social-Comunitária colocar esses métodos-processos em prática envolve algo crucial: os grupos, que são ambientes que favorecem uma análise do desenvolvimento das consciências individuais, considerando-os como lugares propiciadores da identificação e diferenciação dos sujeitos entre si e favorecedores da tomada de consciência sobre a realidade em comum para provocar autorreflexão e, também, uma ação conjunta e coordenada (LANE, 2007). Os grupos, por um lado, podem ser reprodutores de relações de dominação e alienação típicas das sociedades capitalistas, mas por outro, podem permitir que os membros pensem, esclareçam questões que freiam seu funcionamento e modifiquem suas relações, gerando uma experiência refletida que faz com que os membros se sintam sujeitos (CARLOS, 2013).

A práxis assumida pela Psicologia Social-Comunitária propicia, nesse contexto, o intercâmbio solidário das palavras entre as pessoas, que envolve a circulação, de uma consciência para outra, de palavras representativas de uma realidade, culminando na estruturação de uma ação concreta consciente e de um conhecimento que é especificamente crítico, fruto do diálogo e de problematizações de conjunturas que permitem a formulação de um problema e a organização de uma solução para ele (GÓIS, 2005).

A Psicologia Social-Comunitária, nesse contexto, põe em evidência o fato de que a sua estruturação foi feita segundo as perspectivas da Psicologia da Libertação (GÓIS, 2005), e é

no caminho contrário à globalização que a Psicologia da Libertação caminha, dado que o discurso globalizador é voltado para a promoção da homogeneidade das pessoas a favor de uma perspectiva mercantilista e que produz a coisificação do mundo. O pensamento hegemônico infiltrado na Psicologia fez com que o capital fosse colocado acima do humano, principalmente dos afrodescendentes e ameríndios em situação de exclusão e miséria. Ao contrário da posição hegemônica, a Psicologia da Libertação assume o compromisso ético-político com os povos oprimidos e excluídos, como pessoas em situação de rua, mulheres, pobres, grupos étnicos, entre outros, que vivem em uma realidade colonizada (OSÓRIO, 2011).

A Psicologia latino-americana da Libertação possui tarefas a serem concretizadas para que o seus pressupostos se realizem, e são: recuperação da memória coletiva, desideologização das experiências cotidianas e do senso comum e desenvolver as virtudes do povos. A recuperação da memória coletiva implica reconectar-se uma dimensão histórica, uma vez que a dominação exercida sobre os povos latino-americanos os leva a crer no discurso dominante, que elabora uma perspectiva da realidade a-histórica e natural, impedindo-os de olharem para o passado para aprender com experiências e de reconhecerem as suas bases identitárias. Assim, a restauração da memória histórica não apenas envolve reestabelecer o sentido da própria identidade, como também leva ao ressurgimento do orgulho de pertencer a um povo, de ter uma cultura e uma história e à recuperação de aspectos que serviram outrora e servirão no futuro para a concretização da libertação (MARTÍN-BARÓ, 2011a).

Esse primeiro pressuposto caminha de mãos dadas com o que é tido como conservadorismo desobediente decolonial, um projeto da decolonialidade. Ele implica a desvinculação do domínio exercido pela civilização ocidental, com o seu plano de instituir a modernidade e a ocidentalização, que suprimiram histórias e memórias. O conservadorismo desobediente decolonial opera um movimento de reencontro com as heranças históricas que foram reprimidas e negadas pelos discursos da modernidade ocidental, a fim de que modos de existência com os quais os sujeitos anseiam se comprometer possam reexistir, o que evidencia a postura pluralista do conservadorismo desobediente, uma vez que, indo contra a universalidade, entende que não existe uma verdade singular, e, dessa forma, ele caminha para a cura decolonial (MIGNOLO, 2019).

A segunda tarefa da Psicologia latino-americana da Libertação é a de colaborar com a potencialização das virtudes das populações presentes na religiosidade, nas tradições

populares e nas disposições sociais que serviram para a sobrevivência frente a realidade de dominação (MARTÍN-BARÓ, 2011a).

Virtudes com uma inteligência prática, muito perceptíveis em muitas das crianças marginalizadas de nossas grandes urbes latino-americanas, mas às quais tão cegos são nossos testes padronizados de inteligências; virtudes como a do indígena andino, cuja resistência teimosa à mudança pode representar um último reduto de afirmação étnica ante o avassalamento cultural; virtudes como solidariedade do camponês salvadorenho que toma conta, sem pedir nada em troca, daqueles filhos da guerra cujos pais foram arrebatados pelas táticas repressivas da contrainsurgência estadunidense. [...] são essas formas as que é preciso resgatar e potencializar a favor de um processo de libertação (MARTÍN-BARÓ, 2011b, p. 216-217).

Por fim, cabe à Psicologia latino-americana da Libertação colaborar com a desideologização das experiências cotidianas (MARTÍN-BARÓ, 2011a). Essa tarefa envolve incitar um processo desalienador por meio da introdução, no campo da consciência coletiva, de mecanismos e elementos que desfaçam a retórica ideológica dominante articuladora de discursos que se impõem a um povo como se fossem a expressão da opinião deles e representassem suas análises da realidade. Com a desideologização, há uma desalienação social que abre espaço para uma consonância entre o que é vivido e o que é visto, entre o que é sentido como experiência pessoal e o que experimentado como experiência coletiva (MARTÍN-BARÓ, 1990).

Nessa perspectiva, a Psicologia latino-americana da Libertação se coloca como promotora da liberdade do pensamento e de outros modos de viver, opondo-se à modernidade e à matriz colonial de poder, como preconizado pelo giro decolonial (MIGNOLO, 2007). Essa perspectiva se estruturou como um projeto ético e político comprometido com a pluriversalidade, que, ao contrário dos projetos que se propõem globais e totalitários, reconhece a existência de múltiplas perspectivas sobre o mundo e formas de ser e conhecer, constituindo-se como a igualdade-na-diferença (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Diante disso, entende-se que libertação das relações interculturais aprisionadas pela colonialidade não é um processo em si, dado que também envolve a liberdade de todos os povos e da escolha coletiva ou individual nessas relações. Com ela surge a liberdade para criar, criticar e transformar a cultura e a sociedade. Há, nesse sentido, uma libertação social do poder estruturado como discriminação, desigualdade, exploração e dominação (QUIJANO, 1992).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XVI, deu-se início ao processo que mudou a história latino-americana: o colonialismo. A colonização empregada pela Europa atingiu toda a esfera de vida dos indígenas, africanos e mestiços e os subordinou ao lugar de dominados, dependentes e explorados, enquanto os europeus se situaram em uma posição privilegiada. Para que isso acontecesse, a Europa buscou justificativas para a forma como trataram o novo continente encontrado e as populações que nele viviam, recorrendo à ciência para tal, o que levou à estruturação de uma lógica europeia que decretou que certos povos nunca chegarão ao estado superior de civilização e racionalidade dos europeus, sendo, para sempre, bárbaros e primitivos. Assim, a modernidade implicava promover o desenvolvimento dos colonizados e o eurocentrismo constitui-se como um conhecimento superior e regulador do Sul colonizado, cujos conhecimentos e línguas foram desconsiderados em detrimento daqueles do Norte imperial. Ao alocar todo o universo da América Latina para o campo da barbárie, ao aniquilar quem não se submetesse à dominação europeia, ao silenciar culturas, religiões, conhecimentos e ao submeter indígenas, africanos e mestiços à aprendizagem do paradigma da Europa, os europeus excluíram, dominaram, exploraram, subalternizaram, marginalizaram e subordinaram toda uma população que era tida por eles como inferiores.

Com o início da descolonização e o desprendimento do regime colonial, foram arquitetadas pelas elites latino-americanas e nações imperialistas externas formas de manter sua hegemonia social intacta. À vista disso, foram construídos mitos sociais e ilusões no que diz respeito a descolonização com o intuito de levá-la a diante somente no campo político-legal, deixando o âmbito sócio-histórico ainda colonizado e preso ao colonialismo, o que criou um novo padrão colonial.

Nesse contexto, a colonialidade é uma categoria que surge colocando em destaque o fato de que a descolonização não acabou com o padrão de poder europeu, que ainda segue vivo na dinâmica da globalização. Instituído efeitos sobre o saber, o ser e o poder, a colonialidade está implícita na globalização e no seu projeto de generalizar perspectivas europeias e estado-unidenses em todo o mundo, promovendo valores culturais, morais e políticos sobre aqueles que, desde a colonização, foram tidos como inferiores.

Diante disso, a libertação surge como uma questão para os povos latino-americanos, e, nesse campo, a Psicologia Social-Comunitária assume uma posição ímpar, uma vez que ela tem como característica principal a adoção de uma práxis libertadora, que implica uma mudança social radical. Ancorada no compromisso ético e político com as maiorias oprimidas e exploradas, ela entende que, no seio das comunidades, os aspectos psicológicos estabelecem

relações com a vida comunitária e, a partir disso, procura estimular os potenciais de crescimentos coletivos e individuais, implicando em mais autonomia.

O compromisso da Psicologia Social-Comunitária com a libertação da América Latina das amarras da opressão e da dependência vem das suas raízes na Psicologia da Libertação, que é engajada com os interesses dos povos latino-americanos, considerando o passado de colonização da América Latina, mas caminhando em direção a um novo projeto de sociedade que permite que a vida humana seja priorizada, assim como suas plurais manifestações.

Assim, a Psicologia Social-Comunitária, embasada pelos pressupostos da Psicologia da Libertação, assume uma perspectiva decolonial, em razão de seu movimento de desvinculação da matriz colonial de poder e de todas as suas ramificações: colonialismo, modernidade, ocidentalização, globalização, colonialidade. Ao engajar-se com a diversidade de manifestações humanas, a decolonialidade abre espaço para outros modos de viver, libertos da Europa, e a Psicologia Social-Comunitária, nesse mesmo caminho, é companheira da busca de vida e humanização dos sujeitos latino-americanos.

Por meio do passeio pelo universo latino-americano propiciado por esse estudo, cabe destacar, ainda, que a América Latina é muito diversa e, por esse motivo, essa pesquisa não esgota todas as discussões e as perspectivas que essa temática implica. Como pontos a serem elencados para reflexões futuras, ressalta-se a importância e a necessidade de estudos mais atuais a acerca da temática, visto que a realidade está em constante movimento. Desta forma, a presente pesquisa espera ser um dos passos em direção ao futuro de liberdade da América Latina.

REFERÊNCIAS

ANSARA, S. Políticas da memória X Políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 297-311, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a08.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

BALLESTRIN, L. “Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial”. **Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

BOFF, L. **Teologia do cativo e da libertação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOMFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. E-book Kindle.

CARLOS S. A. O processo grupal. In: JACQUES, M. da G. C. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, J. F. A.; BARROS, C. Caminhos da psicologia latino-americana como práxis de libertação. **Revista Ideação**, v. 1, n. 41, p. 200-219, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/4722/4600>. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

DUSSEL, E. **1492 – o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/45.1492_O_encobramento_do_outro.pdf. Acesso em: 18 de set. de 2022.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 18 de set. de 2022.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 1, p. 310–324, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/33436>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

FERNANDES F. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf. Acesso em: 27 de out. de 2022.

FREITAS, M. F. Q. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estudos de Psicologia**, v. 32, n. 3, p. 521-532, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/ZzJP9rXS9C4FDR34yY3kBcT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de mai. de 2022.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 393-405, 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/735>. Acesso em: 07 de jun. de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓIS, C. W. de L. **Psicologia Comunitária no Ceará**: uma caminhada. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2003a. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42539/1/2003_liv_cwlgois.pdf. Acesso em: 27 de out. de 2022.

GÓIS, C. W. de L. Psicologia Comunitária. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 1, n.2, p. 277-297, 2003b. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27961/1/2003_art_cwlgois.pdf. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

GÓIS, C. W. de L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42537/1/2005_liv_cwlgois.pdf. Acesso em: 27 de out. de 2022.

GÓIS, C.W. de L. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42540/1/2008_liv_cwlgois2.pdf. Acesso em: 29 de out. de 2022.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42536>. Acesso em: 04 de jun. de 2022.

GONÇALVES, B. S. A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. **Psicologia Política**, v. 16, n. 37, p. 397-413, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n37/v16n37a11.pdf>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

GONÇALVES, M. A.; PORTUGAL, F. Análise histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 562-571, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qx3RY8zTvxCGDGwVwNCcznw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de jun. de 2022.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos implícitos no conceito de libertação. IN: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 49-64.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/5206/ianni-octavio-teorias-da-globalizac-o.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

IBAÑEZ, L. de la C. A psicologia social de Martín-Baró ou o imperativo da crítica. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 121-152.

LANE, S.T.M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.10-19. Disponível em: https://geisamoterani.files.wordpress.com/2014/05/o_homem_em_movimento_silvia_lane_wand_codo.pdf. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 17-34.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula rasa*, n. 9, 2008, p. 61-72. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/396/39600905.pdf>. Acesso em: 15 de dez. de 2022.

MARTÍN-BARÓ, I. La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador. **Revista de Psicología de El Salvador**, v. 9, n. 35, p. 9-22, 1990. Disponível em: https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-encuesta-de-opini%C3%B3n-p%C3%BAblica-como-instrumento-de-desideologizador-RP1990-9-35-9_22.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2022.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011a, p. 181-198.

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011b, p. 199-220.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: GÓMEZ, S. C.; R. GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Giro_descolonizador/Giro_decolonial-Castro_Gomez.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2022.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. **Arte e Decolonização**, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

MIGNOLO, W. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, n. 48, p. 187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria: La tensión entre comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 2003. Disponível em: https://www.psicosocial.net/historico/index.php?option=com_docman&view=download&alias=542-teoria-y-practica-de-la-psicologia-comunitaria-la-tension-entre-comunidad-y-sociedad-1o-parte&category_slug=psicologia-comunitaria&Itemid=100225. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

MONTERO, M. Ser, fazer e parecer: crítica e libertação na América Latina. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 87-100.

MONTERO, M. Concientización, consciência y acción humana. In: XIMENES, V. M. et al. (Orgs.). **Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 215-233. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38179/1/2016_liv_vmx2.pdf. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1, p. 97-115, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/15456>. Acesso em: 07 de jun. de 2022.

OSÓRIO, J. M. F. Ética e construção social da libertação latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 65-84.

PANOTTO, N. **Descolonizar o saber teológico na América Latina: Religião, educação e teologia em chaves pós-coloniais**. São Paulo: Recriar, 2019. E-book Kindle.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Perú Indígena**, v. 14, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Giro_descolonizador/Colonialidad_modernidad-Anibal_Quijano.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2022.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**, v. 9, n. 9, p. 227-238, 1998. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

QUIJANO A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A **colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 116-42. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2022.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión Decolonial: Fuentes, Conceptos y Questionamentos**. Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010. Disponível em: https://campus.fahce.unlp.edu.ar/pluginfile.php?file=%2F379803%2Fmod_folder%2Fcontent%2F0%2FUnidad%201%20Bibliograf%C3%ADa%20completa%20%2FRestrepo%20y%20Rojas%20%282010%29.pdf. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

ROMERO-LOSACCO, J. **Capitalismo em chave de-colonial: confrontando o relato histórico eurocêntrico**. Vitória: Milfontes, 2021. E-book Kindle.

SANTOS, B. de S. **Construindo as epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Buenos Aires: Clacso, 2018. V.1. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81474/1/Construindo%20as%20Epistemologias%20do%20Sul_Vol%201.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2022.

SAWAIA, B. B. Comunidade: A apropriação de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org), **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes. 2007. p. 35-53.

WOLFF, E. A. Uma psicologia para a América Latina. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F (Orgs.). **Psicologia social para América Latina**: O resgate da psicologia da libertação. Campinas: Alínea, 2011. p. 101- 120.

XIMENES, V. M.; GÓIS, C. W. de L. Psicologia comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R. S. L. (Orgs.). **Psicologia e sociedade**: Interfaces no debate sobre a questão social. Campinas: Alínea, 2010. p. 45-64.

XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C. Pobreza: um problema para a Psicologia Comunitária? In: XIMENES, V. M. et al (Orgs.). **Psicologia Comunitária no mundo atual**: desafios, limites e fazeres. Ceará: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 175-196. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38179/1/2016_liv_vmx2.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2022.